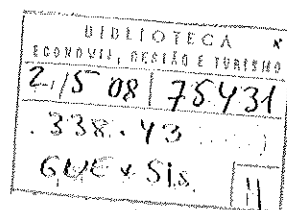




UNIVERSIDADE DO ALGARVE



15. Vi. l. ...
6 ...

SISTEMAS AGRÁRIOS DO ALGARVE

Da exclusividade autárquica

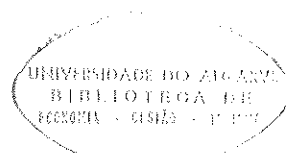
à

integração pluriactiva

João Pinto Guerreiro

Dissertação apresentada na
Universidade do Algarve para a
obtenção do grau de Doutor em
Ciências Económicas.

FARO
1993



À MARIANA
filha da mesma geração deste trabalho,
que participou, à sua maneira, na sua
elaboração.

INDICE

	Pág.
APRESENTAÇÃO	1
1. INTRODUÇÃO	3
1.1 IMPORTÂNCIA REGIONAL DO SECTOR AGRÍCOLA	4
1.2 UM SECTOR A CONSERVAR, A DESENVOLVER OU A LIQUIDAR ?	9
1.3 OBJECTIVO DO TRABALHO	13
2. OS SISTEMAS AGRÁRIOS	15
2.1 SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	15
2.2 SISTEMAS AGRÁRIOS	17
3. EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS: FAMÍLIAS OU EMPRESAS ?	23
3.1 O PRODUTOR RACIONAL SOBERANO	25
3.2 O PRODUTOR SOCIALMENTE DETERMINADO	30
3.3 DIVERSIDADE DAS FORMAS DE PRODUÇÃO	32
3.4 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA OU NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO ?	39
3.5 AS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL	41
3.6 A PLURIACTIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DOMINANTE	48
4. AS ESTRUTURAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DO ALGARVE: ENTRE A REGIÃO E O LOCAL	63
4.1 ALGARVE, UM MOSAICO TERRITORIAL	64
4.2 ALGARVE 1991: UM MÁXIMO DEMOGRÁFICO PROVOCADO PELA IMIGRAÇÃO	66
4.2.1 CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO ESPACIALMENTE DIFERENCIADO	69
4.2.2 CONCENTRAÇÃO E DESPOVOAMENTO: DUAS FACES DA MESMA MEDALHA	72
4.2.3 ESTRUTURA FUNCIONAL DESEQUILIBRADA E ENVELHECIDA	73
4.2.4 POPULAÇÃO ACTIVA COM FORTE PREDOMÍNIO NOS SERVIÇOS	75

4.3 LOULÉ: UM CONCELHO COM VINCADOS CONTRASTES	77
4.3.1 CRESCIMENTO INDUZIDO PELO LITORAL	78
4.3.2 PULVERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E ENVELHECIMENTO DOS SEUS MEMBROS	81
4.3.3 REFORÇO DA CONCENTRAÇÃO NO LITORAL	82
4.3.4 A BEIRA-SERRA MANTÉM DENSIDADES POPULACIONAIS ELEVADAS	84
4.4 POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: UMA CAMADA SOCIAL AINDA NUMEROSA	87
4.4.1 ACTIVIDADE AGRÍCOLA DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR COM TENDÊNCIA PARA CRESCER	89
4.4.2 EVOLUÇÃO DIFERENCIADA NAS FREGUESIAS DE LOULÉ	91
4.5 POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: POPULAÇÃO ACTIVA OU POPULAÇÃO REFORMADA ?	95
4.5.1 DEDICAÇÃO TOTAL OU PARCIAL: AS FACES OCULTAS DA MONOACTIVIDADE	98
4.5.2 ESTRUTURA ETÁRIA INVERTIDA	102
4.5.3 FAMÍLIAS AGRÍCOLAS MAIS NUMEROSAS E MENOS IDOSAS	107
4.5.4 NÍVEL DE ESCOLARIDADE: DIFERENÇAS ATENUADAS	110
4.6 POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: A ADOÇÃO DO PADRÃO PLURIACTIVO	112
4.6.1 PRODUTORES PLURIACTIVOS: DEDICAÇÃO MODERADA À AGRICULTURA	114
4.6.2 PRODUTORES PLURIACTIVOS MAIS JOVENS	122
4.6.3 COMÉRCIO E SERVIÇOS: PRINCIPAIS OPÇÕES DOS PRODUTORES PLURIACTIVOS	123
 5. ESTRUTURAS AGRÁRIAS ALGARVIAS: UMA DIVERSIDADE LOCALMENTE CONFIRMADA	 128
5.1 OS RECENSEAMENTOS AGRÍCOLAS DE 1979 E DE 1989	128
5.2 SUPERFÍCIE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS: AUMENTO SUBSTANCIAL DA ÁREA OCUPADA	132
5.3 DIMINUIÇÃO ACENTUADA DO NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS	134
5.4 PARCELIZAÇÃO ADMINISTRATIVAMENTE REDUZIDA	137
5.5 UTILIZAÇÃO DO SOLO: EVOLUÇÃO POUCO CLARA	139
5.6 SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA: REFORÇO DAS CULTURAS PERMANENTES	142

5.7 EFECTIVO PECUÁRIO: EXPLOSÃO DA VERTENTE OVINA	146
5.8 AGRAVAMENTO DAS DIFERENCIAÇÕES REGIONAIS	147
6. A DINÂMICA DOS SISTEMAS FAMÍLIA-EXPLORAÇÃO. ESTUDO DE CASOS NO CONCELHO DE LOULÉ.	149
6.1 INTRODUÇÃO	149
6.1.1 ESTUDOS DE CASOS	152
6.1.2 SISTEMA DE CONTAS DA COMUNIDADE (SEC)	153
6.2 AS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS	159
6.2.1 EXPLORAÇÃO A - SERRA	161
6.2.2 EXPLORAÇÃO B - BEIRA-SERRA	164
6.2.3 EXPLORAÇÃO C - BARROCAL	165
6.2.4 EXPLORAÇÃO D - LITORAL (HORTICULTURA)	167
6.2.5 EXPLORAÇÃO E - LITORAL (CITRINOS)	168
6.3. DIFICULDADES DO INQUÉRITO À EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	170
6.3.1 TEMPO DE TRABALHO	171
6.3.2 CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO	174
6.3.3 EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, FLORESTAL OU AGROFLORESTAL ?	177
6.4. OS SISTEMAS AGRÁRIOS LOCAIS: PRODUÇÃO, TERRITÓRIO E FAMÍLIA	179
6.4.1 O BALANÇO DA PRODUÇÃO	180
6.4.1.1 A estrutura do Consumo Intermédio	180
6.4.1.2 A estrutura da Produção Bruta	184
6.4.1.3 O Valor Acrescentado Bruto	188
6.4.1.4 A Taxa de Integração	191
6.4.2 O BALANÇO TERRITORIAL	192
6.4.2.1 A Margem Líquida de Exploração	194
6.4.2.2 O Excedente Líquido de Exploração (do capital)	199
6.4.2.3 O balanço do Capital	203
6.4.3 O RENDIMENTO DOS AGREGADOS FAMILIARES	206
6.4.3.1 O Excedente Líquido de Exploração (misto)	207
6.4.3.2 O Rendimento Líquido disponível da família	210
6.5. O TEMPO DE TRABALHO	214
6.5.1 AS EXPLORAÇÕES DO LITORAL	219
6.5.2 AS EXPLORAÇÕES DO INTERIOR	220

7. CONCLUSÕES	227
7.1 O ALGARVE, TERRITÓRIO "DEVASSADO" PELO TURISMO	227
7.2 ESTRUTURAS AGRÁRIAS REGIONALMENTE MAIS DIFERENCIADAS	229
7.3 UMA RACIONALIDADE QUESTIONADA	233
7.4 EXPLORAÇÕES COM DIFERENTES LÓGICAS DE DESENVOLVIMENTO	234
7.5 REFLEXÕES FINAIS	237
8. BIBLIOGRAFIA	239

APRESENTAÇÃO

Após um mestrado realizado sobre Miranda do Douro, surgiu a possibilidade de ingressar, a menos alguns graus de Latitude Sul, na Universidade do Algarve, em Faro.

Embora o ambiente bioclimático mediterrâneo aproxime estas duas regiões, o carácter da população, a paisagem, o cosmopolitismo e a vida urbana marcam a diferença entre os algarvios e as gentes retiradas do planalto mirandês.

As raízes familiares algarvias facilitaram a integração de quem, como eu, por motivos diversos, tinha vagueado por variadas cidades e regiões, e frequentado, ao longo do período normal de escolaridade, três escolas primárias, quatro liceus e, finalmente, duas faculdades. O Algarve aparecia como uma opção atraente.

Procurei, no domínio dos estudos rurais, um tema que permitisse dar seguimento às minhas preocupações sobre a evolução do mundo rural e o ordenamento e, simultaneamente, facilitasse a minha inserção na dinâmica regional.

Um dos resultados desse percurso é esta dissertação.

Ao longo dela, fui recebendo inúmeros apoios e incentivos, de que estou grato. Com eles pude superar as condições adversas próprias de uma Universidade periférica, em regime de instalação e com problemas próprios de crescimento.

As famílias dos agricultores que acompanhei ao longo de três anos sempre me receberam afavelmente e demonstraram uma abertura nem

sempre fácil de encontrar no meio rural. Reconheço que, ao tentar perceber alguns dos mecanismos implícitos que presidem às respectivas estratégias familiares, tenha entrado, por vezes, em domínios incómodos, próprios da esfera do privado. Devo, contudo, afirmar que não me é possível testemunhar e transmitir grande parte do muito que com elas aprendi nesse convívio, sempre enriquecido com facetas profissionais, humanas e, por fim, quase familiares.

Gostaria de destacar a Professora Carminda Cavaco, do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Lisboa, que aceitou ser a orientadora científica desta investigação. Dela contei sempre, para além da amizade, com grande disponibilidade para, até ao último momento, discutir ideias e propôr sugestões de trabalho.

O apoio do Doutor Pablo Campos, do Centro de Ciências Sociais, do CSIC (Madrid), permitiram afinar uma metodologia de análise económica dos sistemas agrários do Algarve.

No trabalho de campo contei sempre com a colaboração da Câmara Municipal de Loulé, das Juntas de Freguesia de Almancil, Alte, Ameixial, Querença e Salir, assim como de inúmeras pessoas ligadas a Centros de Saúde e às estruturas das antigas Casas do Povo.

No âmbito da Universidade, os Professores Adriano Pimpão e Abílio Marques da Silva, respectivamente Presidentes da Unidade de Economia e Administração e da Unidade de Ciências Exactas e Humanas, concederam-me sempre o apoio logístico necessário para a concretização da Investigação. Recordo, além disso, o malogrado Reitor Montalvão Marques que acompanhou sempre, e enquanto pode, o andamento do meu trabalho.

O Instituto Nacional de Investigação Científica proporcionou-me uma bolsa para doutoramento que me ajudou nas deslocações no país e nalgumas deslocações para o estrangeiro.

Uma palavra final para o apoio do meu pai que acompanhou, com o seu sentido crítico, o desenrolar do trabalho.

1. INTRODUÇÃO

As análises habituais da agricultura algarvia não conseguem esconder um leque alargado e contraditório de apreciações, bem patente não só no modo como se encara a organização da produção agrícola, como também na abordagem às suas orientações técnico-económicas, actuais e potenciais. As perspectivas que estão presentes nas citadas análises pressupõem uma variedade de sistemas agrários, o que tem levado muitos autores a fazerem referência às "agriculturas algarvias". Esta diversidade não é mais do que a expressão local resultante dos confrontos e das sínteses, forjadas na região, e que advêm não só das manifestações locais dos diversos elementos biofísicos que condicionam a produção primária, como ainda de outros tipos de factores de raiz económica, social e cultural.

Admite-se correntemente no Algarve o declínio da chamada componente tradicional da agricultura, baseada principalmente em sistemas de produção agroflorestais (montado de sobro e azinho, pomar tradicional de sequeiro) e caracterizada por exigências moderadas de factores de produção com origem no exterior desses mesmos sistemas. Estes sistemas de produção aparecem, contudo, localmente associados a pequenas áreas regadas, predominantemente com orientação hortofrutícola, viradas, na sua quase totalidade, para o autoconsumo. Reconhece-se, porém, que o declínio assinalado decorrerá principalmente da ausência de soluções técnicas relacionadas com os produtos locais, nomeadamente nos domínios da produção e comercialização.

Paralelamente, regista-se o fortalecimento da agricultura moderna, associando este amplo e vago conceito aos sistemas de produção responsáveis por elevadas produtividades físicas, exigentes em água e

consumidores de elevadas doses de energia externa.

A produtividade de qualquer destes sistemas agrários deve ser, porém, encarada de acordo com diferentes ópticas. Num mundo em transição, onde nos encontramos, com recursos limitados e, alguns deles, em acentuado decréscimo, deverá aferir-se a eficácia destes sistemas de produção de acordo com critérios multifacetados: ambientais, económicos, energéticos e sociais. A grande diversidade da região do Algarve permite, através da análise dos sistemas agrários com maior expressão, ensaiar algumas apreciações comparativas.

1.1. IMPORTÂNCIA REGIONAL DO SECTOR AGRÍCOLA

O sector agrícola do Algarve manteve um predomínio regional até ao princípio dos anos 60. Recorrendo a algumas variáveis que reflectem o comportamento macroeconómico da região, poderá apreciar-se, em termos globais, a sua evolução.

Quadro 1-1
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO PRODUTO INTERNO BRUTO
DO ALGARVE (%) (1953 - 1990)

SECTORES	ANOS					
	1953	1963	1970	1980	1986	1990
AGRIC./PESCA	47.3	37.3	28.6	17.0	15.8	7.7
AGRIC. E SILVIC.	-	-	24.6	11.1	10.6	-
PESCA	-	-	4.0	5.9	5.2	-
IND./C.CIVIL	15.2	19.2	20.0	26.0	20.9	17.6
TURIS./SERV.	37.5	43.5	51.4	57.0	63.3	74.7

Fonte: 1953 e 1963: Abreu (1969); 1970: Concelção (1975); 1980 e 1986: INE (1991); 1990: SEPDR (1993)

A contribuição do sector primário (agricultura e pescas) para o Produto Bruto regional, no início dos anos 50, quase atingia 50 % do valor total (Quadro 1-1), reduzindo-se progressivamente até se situar, ao longo do decénio de 80, em valores próximos dos 16%. A agricultura deverá participar com cerca de 10% do Produto Regional, situação que também se tem mantido estável desde o início dos anos 80. Os valores apresentados recentemente (SEPDR, 1993), estimados pela Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, são francamente pessimistas no

que se refere ao PAB do Algarve. Reconhece-se, contudo, que a evolução dos preços agrícolas no produtor não têm acompanhado o crescimento verificado em produtos com outras origens e noutros sectores.

Em 1988, o Produto Interno Bruto do Algarve deverá ter ultrapassado os 215 milhões de contos, estimando-se que o VAB agrícola represente 10 % daquele montante.

A população activa agrícola sofreu um decréscimo ainda mais acentuado. A comparação da evolução da população que declara exercer a sua actividade profissional na agricultura com séries homólogas da população residente e da população activa reflectem claramente essa tendência de crescimento negativo (Quadro 1-2).

Quadro 1-2
EVOLUÇÃO DE ALGUMAS CATEGORIAS DA POPULAÇÃO
DO ALGARVE (1950=100)

ANOS	POPULAÇÃO		
	RESIDENTE	ACTIVA	ACTIV. AGRIC.
1950	100	100	100
1960	96	98	90
1970	82	80	54
1981	98	94	32
1988	103	96	22
1991	104	109	23

Fonte: Falsca (1989), para 1988, e INE - Recenseamentos da População, para os restantes anos.

A falta de informação acerca da distribuição da população activa no início dos anos 90¹ não permite ter uma ideia clara sobre a população activa que declarou inserir-se no sector agrícola. Note-se, porém, que no Recenseamento Geral da Agricultura, referente ao ano de 1989, a população que estava integrada na chamada população agrícola familiar rondava os 70 mil habitantes (cerca de 20 % da população residente do Algarve). Destes, cerca de 53 mil declararam desenvolver alguma actividade agrícola nas suas explorações, embora muitos deles

¹Não estão ainda publicados os resultados desagregados do XIII Recenseamento Geral da População, realizado em 1991, no que respeita à população activa.

ocupassem aí apenas parte do seu tempo, o que representa um valor elevado e não concordante com a série sugerida pelos Recenseamentos da População.

A área ocupada pelas explorações agrícolas parece ter, contudo, mantido uma estabilidade desde o final dos anos 60 (Quadro 1-3). As grandes mudanças no padrão de ocupação do solo deram-se, como veremos adiante, em maior profundidade, nos principais usos agrícolas: verificou-se um aumento substancial da área ocupada por culturas permanentes, assim como das áreas beneficiadas pelo regadio. As culturas temporárias, nomeadamente os cereais, sofreram uma drástica redução.

Quadro 1-3
EVOLUÇÃO DA SUPERFÍCIE OCUPADA PELAS EXPLORAÇÕES
AGRÍCOLAS DO ALGARVE

ANOS	SUPERF. TOTAL (ha.)	INDICE
1968	267 088	100
1979	215 763	81
1989	274 845	103

Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas

A estrutura da Produção Bruta da agricultura traduz, com fidelidade, as mudanças de orientação verificadas na agricultura algarvia nos últimos 15 anos. A evolução ocorrida entre 1978 e 1988 (Quadro 1-4) mostra o fortalecimento do subsector dos frutos frescos e o definhamento dos frutos secos, a par de uma quebra relativa da horticultura.

Porém, o subsector vegetal reforçou a sua posição, aproximando-se de 90% da Produção Bruta agrícola regional. O subsector florestal manteve a sua contribuição relativa, enquanto que os produtos da pecuária acusaram um retrocesso importante na respectiva participação no valor bruto da produção agrícola do Algarve.

A integração mercantil, no decorrer dos dez anos considerados, alterou profundamente as dependências da agricultura relativamente ao mercado. A parte da produção bruta que é canalizada para custear o consumo intermédio evoluiu de pouco mais de 25% (1978) para mais de

metade dos valores totais da produção (1988) (Quadro 1-5).

No domínio do comércio dos produtos agrícolas, o Algarve continua a desempenhar um papel de fornecedor desorganizado de frutas e hortícolas aos grandes centros consumidores (Lisboa, Aveiro, Porto,...). A exportação mantém-se, porém, totalmente dominada pelos produtos tradicionais da região: alfarroba e seus derivados, amêndoa, figo e, também, pinhão (Quadro 1-6).

Quadro 1-4
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA PRODUÇÃO BRUTA
AGRÍCOLA DO ALGARVE (%) (1978 - 1988)

	PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRUTA		
	1978	1988	
Subsector vegetal		72.9	87.0
Cereais	2.8		2.3
Horticultura	44.6		37.1
Frutos frescos	31.6		38.8
Uva de mesa	3.7		6.4
Frutos secos	8.1		6.5
Floricultura	-		6.7
Outros	9.2		2.2
Total	100.0		100.0
Subsector animal		23.8	10.8
Bovinos	17.1		23.2
Suínos	51.9		36.7
Aves	11.3		9.0
Leite	11.8		10.1
Outros	7.9		21.0
Total	100.0		100.0
Subsector florestal		3.3	2.2
Cortiça	-		33.7
Material lenhoso	-		40.0
Outros	-		26.3
Total	100.0		100.0
Produção agrícola bruta		100.0	100.0

Fonte: Rolo (1984) e Jesus (1993)

No total, os frutos secos (com o pinhão incluído) contribuem com quase 80% do valor das exportações de produtos agrícolas, de acordo com as informações referentes a 1990/91. Paralelamente, nota-se a importância alcançada pelos morangos e, noutro plano, pelas plantas

ornamentais, assim como a fraca participação dos citrinos algarvios nas trocas com o exterior.

Quadro 1-5
EXPRESSÃO DO CONSUMO INTERMÉDIO
NA PRODUÇÃO BRUTA

	1978	1988
Consumo intermédio / / Produção bruta (%)	27.6	55.8

Fonte: Roio (1984) e Jesus (1993)

As conclusões imediatas que se retiram das tendências atrás expressas, nomeadamente quanto à evolução do VAB agrícola e da população activa agrícola, vão no sentido do decréscimo da importância regional deste sector. Traduzem, contudo, apenas parcialmente, as transformações protagonizadas pela sociedade algarvia no que respeita à agricultura nos últimos 30 anos.

Quadro 1-6
PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS
AGRÍCOLAS DO ALGARVE
1990/91

PRODUTO	EXPORTAÇÃO	
	milhares de escudos	%
ALFARROBA	644 891	43.5
AMÊNDOA	373 859	25.2
MORANGOS	172 334	11.6
PINHÃO	124 098	8.4
PLANTAS ORNAM.	66 461	4.5
FIGO	29 275	2.0
CITRINOS	27 950	1.9
OUTROS	44 039	2.9

Fonte: Direcção Regional de Agricultura do Algarve, 1990

1.2. UM SECTOR A CONSERVAR, A DESENVOLVER OU A LIQUIDAR ?

O sector agrícola é, normalmente, de um ponto de vista económico, encarado como uma "caixa negra". Os diversos fenómenos que têm lugar no seu interior, e que "tornam angustiados muitos economistas" (Strange, 1988), são por norma ostensivamente ignorados. É-lhe atribuído uma racionalidade pouco explícita e as unidades produtivas que o compõem são caracterizadas por prosseguirem objectivos económicos pretensamente ineficazes.

Os aspectos que habitualmente são apresentados e considerados na definição do sector agrícola relacionam-se exclusivamente com as actividades a que se podem facilmente associar os correspondentes fluxos monetários, nomeadamente aqueles que relacionam o sector com o exterior. Isto é, a importância do sector será positivamente avaliada na medida em que consiga aumentar o seu aprovisionamento no mercado dos bens e serviços mercantis (consumos intermédios exteriores) ou vender parte substancial da sua produção final.

O interesse predominante pelo sector agrícola reduz-se à avaliação da sua quota parte no funcionamento do sistema mercantil, desprezando outras funções, não menos importantes, desempenhadas por esta actividade que ocupa, sem dúvida alguma, a maior parcela do território humanizado. As funções e os fluxos que dificilmente se podem mercantilizar, impossíveis de valorizar e sem possibilidade de apropriação, são tendencialmente secundarizados ou mesmo ignorados.

A análise corrente da agricultura, no domínio económico, incide, por isso, predominantemente, nas relações do sector com o exterior e na sua participação, ou melhor dizendo, na sua subordinação aos fluxos monetariamente quantificados que estabelece com os restantes sectores. O papel desempenhado na dinamização do mercado, através da aquisição de produtos e serviços caros e da venda de produtos e serviços baratos revela-se como a característica mais trabalhada, até porque, neste domínio, se dispõe facilmente de informação apropriada. Como afirma Strange (1988), "convenience is compelling in agricultural economics because data are so difficult to find and farms are so diverse and variable". As relações monetarizadas são, em termos gerais, as seguintes:

a) consumo de matérias primas provenientes do exterior das explorações, fornecidas na sua maioria pela indústria, e que representam uma despesa;

b) utilização de serviços prestados por entidades exteriores ao sector, contabilizados igualmente como uma despesa;

c) contabilização, em certas situações ou regiões, de uma parcela de trabalho, correspondente ao emprego assalariado afecto à actividade agrícola, a qual representa também, nesses casos, uma despesa;

d) produção final vendida, representando o quantitativo de alimentos, de animais, de fibras e, eventualmente, de serviços, valorizado pelo mercado, e que constituirá uma receita.

São frequentemente esquecidos os principais protagonistas da actividade, os agricultores e as suas famílias, agentes responsáveis pelo resultado final da actividade. Estes constituem um grupo social variado, de contornos muito indefinidos e que dificilmente se submete às categorias vulgares de análise. São encarados, habitualmente, como um grupo que assume indiferenciadamente funções de produção e de consumo, e cujo comportamento económico se afasta dos padrões que são, teórica e normalmente, associados à racionalidade dos agentes económicos. Não obstante a larga intervenção que vão tendo no mercado (factores e produtos), os produtores agrícolas são considerados como um caso particular, porventura resíduo de vivências passadas, e aos quais se atribui, apenas, importância pela pretensa resistência à mudança que protagonizam.

Esquecidas são também algumas das funções decisivas desempenhadas pelas explorações agrícolas, como unidades sociais de base, no domínio da educação, da inserção na vida profissional, da solução de alguns problemas familiares como a habitação, do reforço do rendimento familiar disponível, da superação de conjunturas difíceis, do aprovisionamento de trabalho a outros sectores de actividade não agrícolas através de modalidades diversas, etc.

Em suma, apenas se consideram normalmente, no balanço económico do sector agrícola, os fluxos de bens, de serviços e de trabalho que efectivamente são transaccionados no mercado. A

agricultura é, na acepção dominante, um sector com uma estrutura interna de eficácia duvidosa, apenas interessante pelo que compra, pelo que poderá comprar (factores de produção e serviços) e, ainda, pelos produtos que, a bom preço, conseguir colocar no mercado.

A dificuldade e/ou a impossibilidade de quantificar os restantes fluxos que afectam as explorações agrícolas, atribuindo-lhes um valor de mercado, dificultam o âmbito da análise e tornam parciais (ou mesmo erróneas) as conclusões dela extraídas. Diversos aspectos fundamentais que condicionam ou determinam a dinâmica deste sector de actividade não são contemplados nas análises económicas habituais. Podem referir-se, desde já, alguns deles:

- organização interna do sector, baseada predominantemente em relações familiares, diferenciadas de acordo com o número de pessoas, o sexo e a idade; a coesão destas unidades produtivas reflecte, em primeira aproximação, o padrão familiar dominante;
- extrema diversidade dos elementos da família, em termos do trabalho disponível (tipo de trabalho, épocas do ano com maiores exigências, conciliação de calendários, expectativas profissionais, ...), o que flexibiliza a organização e a mobilização do trabalho familiar;
- estrutura do aparelho produtivo, onde a terra e o capital de exploração, afectos a cada uma das explorações agrícolas, aparecem com importância diferenciada e ajustada aos valores sócio-culturais atribuídos localmente à propriedade;
- dificuldade de definir, cabalmente, o valor da totalidade do património (com habitação incluída), problema que mais uma vez se simplifica recorrendo a valores-padrão;
- enorme variedade de formas de produção localmente estruturadas, que vão no sentido de uma melhor adaptação aos condicionalismos ecológicos e do óptimo aproveitamento dos recursos disponíveis, optimizando aqueles que podem ser autonomamente manipulados, o que acontece principalmente com o trabalho familiar;
- subavaliação ou desprezo pela parcela da produção bruta não

mercantilizada, que se destina ao consumo intermédio da exploração e ao autoconsumo da família, parcela esta que confere um grau de autonomia à exploração;

- criação, dentro de certos limites, de efeitos externos positivos nas regiões onde as explorações agrícolas estão sediadas, dinamizando o tecido social local e impedindo ou sustendo o êxodo rural provocado pela atracção do emprego secundário e terciário dos centros populacionais mais desenvolvidos;

- contribuição, com uma parcela significativa, para o rendimento disponível das famílias (autoconsumo e trocas graciosas entre explorações), no quadro da estrutura actual das despesas das famílias, onde a alimentação tem um peso enorme (as despesas com a alimentação, incluindo as correspondentes a restaurantes e similares, atingiram, em 1989, 45% do orçamento médio familiar (INE, 1992c);

- intervenção sabedora no meio, baseada normalmente na experiência e no saber tradicionais, correspondendo não raras vezes a práticas conservacionistas, moderadamente ofensivas em relação ao potencial biofísico que exploram.

A actividade agrícola nos países europeus do Mediterrâneo ocidental, bem descrita por Orlando Ribeiro, tem-se baseado em formas de produção fortemente heterógenas e com elevados índices de pluriactividade. Neste âmbito torna-se complexa a caracterização global destas unidades. A crescente publicação, nos últimos anos, de estudos locais em diversos países europeus e, também, nos Estados Unidos da América reflecte a preocupação actual de dedicar maior atenção à mudança social de acordo com um nível de análise local. Esta perspectiva reconhece claramente a dificuldade que existe no sentido de poder aprofundar o conhecimento sobre esta realidade (dinâmica de micro-regiões e papel das respectivas unidades institucionais) recorrendo apenas a tipologias gerais, a tendências globais ou a fluxos monetários duvidosamente quantificados, tudo isto baseado muitas vezes em informação estatística inadequada ao fim pretendido. O interesse pela análise mais fina, a nível local, e, nas áreas rurais, pelas funções sociais e ambientais desempenhadas pelas explorações agrícolas, aparecem como um domínio de estudo interessante e actual.

1.3. OBJECTIVO DO TRABALHO

O objectivo do presente trabalho prende-se com a discussão do comportamento económico e social das explorações agrícolas do Algarve nos últimos anos, período durante o qual foram submetidas a perturbações de diversa ordem, decorrentes da evolução sócio-económica da região. Recorre-se, para tal, ao estudo de casos, como procedimento privilegiado, para fazer ressaltar as principais características destes sistemas produtivos.

Seleccionou-se o concelho de Loulé como área de estudo. Esta selecção foi feita tendo em atenção que neste concelho estão bem representadas as quatro sub-regiões naturais do Algarve: Litoral, Barrocal, Beira-serra e Serra. Este facto permitiria comparar o comportamento de explorações agrícolas localizadas nas diversas sub-regiões, as quais protagonizam diferentes orientações técnico-económicas. O Barrocal, sub-região bem característica do Algarve, atinge, neste concelho, uma superfície assinalável.

A análise recaiu em cinco explorações agrícolas distribuídas pelas referidas quatro sub-regiões naturais. No Litoral houve necessidade de associar ao estudo duas explorações, com o objectivo de não perder a especificidade dos dois principais sistemas produtivos locais: pomar de citrinos e horticultura intensiva. No Barrocal e na Beira-serra incluíram-se as principais orientações produtivas, integrando a arboricultura tradicional algarvia, de sequeiro, à qual se associam, contudo, na Beira-serra, algumas culturas de regadio. Na Serra, a base produtiva privilegia a pecuária, a que se subordinam as culturas e os labores que mobilizam a população agrícola local.

As cinco explorações agrícolas analisadas são de tipo familiar, o que corresponde ao figurino da esmagadora maioria das unidades de produção agrícola do Algarve. Nos casos estudados, o produtor agrícola, ou chefe da exploração, retira da agricultura grande parte, senão a totalidade, do rendimento do seu trabalho. Outras componentes existem, porém, na formação do rendimento disponível da família, que a seu tempo serão apontadas.

Iremos estar perante uma variedade de situações que mais não reflectem do que a diversidade das unidades agrícolas da região. Como afirma Van der Ploeg (1993), apesar da internacionalização dos

mercados, do desenvolvimento da tecnologia e da centralização das políticas agrícolas, não se verificou, paralelamente, uma padronização na agricultura europeia. A realidade é povoada por fortes diferenças entre as formas organizativas da produção agrícola, nas diversas regiões da Europa e no interior dessas próprias regiões. Correspondem a estratégias produtivas, de base familiar, encontradas para responderem aos desafios da integração económica e social, problemática esta que será adiante debatida.

Foi esta diversidade que se pretendeu sublinhar, ensaiando para tal a definição e aplicação de instrumentos de análise compatíveis.

As características fundamentais que definem o percurso específico das explorações agrícolas no sentido de se afirmarem como entidades produtoras de alimentos e de fibras e, simultaneamente, geradoras de excedentes suficientes para a manutenção e reprodução das famílias agrícolas, dificilmente se poderiam detectar nas estatísticas correntes. Deste modo, levou-se a cabo uma recolha exaustiva de informação junto das explorações agrícolas, recolha essa possível devido à colaboração quase quotidiana prestada pelas famílias, e que permitiu evitar as simplificações obrigatórias assumidas pelo aparelho estatístico oficial.

Finalmente, julga-se que a apreciação global do funcionamento destas explorações de base familiar, ou, como adiante se designará, do complexo família-exploração, poderá trazer ensinamentos importantes que facilitem a proposição de medidas positivas de suporte às actividades desenvolvidas em meio rural. A tendência dominante das políticas orientadas para o mundo rural vai no sentido de reconhecer que se deverá proceder a uma adequada avaliação global, e que todas as suas funções, económicas ou não, deverão ter as necessárias compensações. Um papel importante caberá ao avanço do conhecimento deste meio social particular, por forma a permitir transformar as necessárias intervenções em assumidos êxitos de crescimento económico, de equilíbrio social e de desenvolvimento harmonioso.

2. OS SISTEMAS AGRÁRIOS

A abordagem da agricultura através da caracterização dos sistemas agrários não reúne a unanimidade dos especialistas do domínio da economia agrária. Para além de ser considerado um conceito polémico, a principal razão que leva à sua pouco frequente utilização reside na dificuldade de, na análise concreta, conciliar perspectivas conceptuais pouco vocacionadas para a transdisciplinaridade e de afirmar metodologias particulares com estreita maleabilidade.

2.1. SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A perspectiva clássica da economia agrária recorreu com êxito, ao conceito de sistema de produção. Este conceito era definido como a "combinação [particular] de produções e de factores de produção no âmbito da exploração agrícola" (Chombart de Lowe, citado por Coudrieau, 1988). Esta visão apreciava o funcionamento das explorações agrícolas sob uma óptica estritamente económica e ensaiava a quantificação dos fluxos físicos que afectam a exploração agrícola, rebatizada, de acordo com esta perspectiva, com a designação de empresa agrícola.¹ A unidade de produção agrícola é, neste âmbito, encarada como uma entidade económica autónoma, uma espécie de "máquina económica", que funcionaria como um "utensílio de trabalho do agricultor e dos seus colaboradores" (Gras *et al*, 1989). Estes seriam uma entidade social com uma dinâmica exterior à exploração. A tentativa de proceder à separação do grupo familiar relativamente à exploração consta das preocupações sempre presentes nesta corrente da economia agrária. Esse esforço vai no sentido de distinguir e autonomizar a

¹ Particularmente interessantes têm sido as posições acerca desta dualidade conceptual: exploração agrícola *versus* empresa agrícola. Badouin (1974) marca bem a diferença, enquanto que Barros (1978) se pronuncia pela identidade dos dois conceitos.

estrutura familiar do agricultor da estrutura produtiva da exploração, e identificar esta última com o modelo empresarial do sector industrial.

Noutra vertente desta perspectiva, procurava-se clarificar uma admissível distinção na origem dos factores de produção em jogo. Aponta-se, então, para uma clarificação de protagonismos de acordo com as diversas funções teóricas e com os respectivos actores. O capitalista empata o capital; o proprietário coloca a terra; os trabalhadores (assalariados) fornecem o trabalho; finalmente, o gestor implementa e dirige a melhor combinação possível dos factores produtivos. A abordagem empresarial tradicional exige uma especialização funcional, o que é difícil, ou mesmo impossível, de detectar no mundo real, particularmente na agricultura, onde as explorações agrícolas de base familiar dominam o tecido produtivo.

A análise da exploração agrícola foi, então, assediada pelos ventos da especialização. Uma atenção especial é dada, neste âmbito, ao estudo de produto a produto e à determinação dos respectivos custos de produção. As relações existentes entre o conjunto das actividades, gerando externalidades ambientais, produtivas e outras, positivas e/ou negativas, são desprezadas, sendo certo que, neste domínio, as interacções que afectam as diversas actividades, entre si e com o meio, são intensas.

Paralelamente às abordagens de cunho predominantemente económico, outras apareciam como resultado da vulgarização da análise sistémica e da sua aplicação ao mundo vivo.

Nesse sentido, Spedding, no início dos anos oitenta, propôs uma metodologia para aplicação da teoria dos sistemas à produção agrícola, definindo uma tipologia de sistemas agrícolas (Spedding, 1988). A perspectiva avançada por este autor estava baseada fundamentalmente nos processos biológicos inerentes à produção primária (transformação da energia primária), desvalorizando os componentes social e económico do sector. Por este motivo, Spedding afirmava, no citado trabalho, que os sistemas agrícolas, tal como atrás os considerámos, "contêm elementos não científicos e relações não quantificáveis, o que poderá indicar que a ciência desempenha um papel limitado na possibilidade de melhoria destes sistemas produtivos". O autor referir-se-ia, seguramente, ao complexo sócio-económico que organiza, enquadra e condiciona as explorações agrícolas. De acordo com a sua opinião, este complexo seria

o responsável pelas perturbações "não científicas" atribuídas ao sector agrícola.

A aplicação da teoria de sistemas é, porém, na óptica de Spedding, remetida apenas à componente agrológica do sistema agrário, evitando-se a respectiva inserção sócio-económica.

Paralelamente, surge nos Estados Unidos da América uma forte corrente ligada à escola de E. Odum, que desenvolve uma metodologia inovadora de análise de sistemas agrários, realçando a respectiva componente energética. Os estudos produzidos pelos investigadores desta escola estenderam-se a praticamente todos os pontos do globo, sendo justo salientar David Pimentel pelos sérios avisos que lançou sobre o estilo de vida energético-intensivo das sociedades modernas e a impossibilidade de manter, no tempo, os elevados níveis de consumo de energia associados a rendimentos desequilibrados.

2.2. SISTEMAS AGRÁRIOS

A equipa de investigadores que, a partir de 1979, formou o Departamento SAD (Systèmes Agraires et Développement) do INRA (Institut National de la Recherche Scientifique), França, fez uma profunda reflexão sobre este tema, tentando ultrapassar as ópticas parcelares correntes na análise do mundo rural, nomeadamente das explorações agrícolas. As suas intervenções públicas, muitas delas divulgadas ainda antes da constituição do citado Departamento, marcaram uma viragem importante na abordagem do complexo família-exploração. Faremos referência a algumas delas.

Jean-Pierre Deffontaines, talvez a voz mais emblemática deste Departamento, avançou com a ideia de sistema de produção resultante da combinação de produções e de factores apropriados, definindo assim o tipo de factores que condicionavam os sistemas (Deffontaines, 1977):

- a) factores de suporte, onde se inseriam a geologia, a topografia, os solos, o clima, etc., em suma, elementos do meio biofísico;
- b) factores de produção, referindo-se à superfície ocupada, à organização das parcelas, ao trabalho, ao gado, aos restantes componentes do capital;

c) factores técnicos, responsáveis por combinações particulares dos factores de produção que levam à obtenção das respectivas produções;

d) factores do meio, exteriores ao sistema de produção mas decisivos no que respeita à sua organização; incidem de acordo com a proximidade de áreas de emprego alternativo, estrutura de povoamento, infraestrutura de relacionamento, sistemas de comunicação, etc.

Noutro texto, publicado no mesmo ano (Deffontaines & Osty, 1977), o complexo família-exploração é inserido no respectivo meio (encarado em sentido lato e plural) e são esquematizadas as relações e interacções estabelecidas com o exterior, não só no que respeita aos mecanismos de mercado, como também à delimitação e caracterização do território onde se inserem. Concluem sublinhando a existência de espaços diferenciados nos quais as relações entre as próprias explorações e entre estas e o meio apresentam características particulares, as quais enformam aquilo a que denominam sistemas agrários.

É, porém, Osty (1978) que avança com uma posição de síntese desta corrente, a qual não mais deixaria de ser citada em todos os trabalhos produzidos por esta equipa numerosa de investigadores associados ao INRA e a algumas escolas francesas de agricultura. Analisando a problemática da difusão de inovações, Osty propõe, no citado texto, que a análise da dinâmica das explorações agrícolas seja reformulada através da aplicação da análise de sistemas. Para este autor, uma exploração não poderá ser apenas a soma aritmética de meios e de técnicas de produção, nem tão pouco a justaposição de modos de utilização do solo. A racionalidade depende conjuntamente da situação e do projecto familiar que está subjacente à exploração em termos de estratégia patrimonial, educação dos filhos, expectativa de sucessão, disponibilidade de trabalho, solicitações do exterior, valores sociais, etc., a que naturalmente se deverá acrescentar as oportunidades de mercado esperadas para as respectivas produções. São estas características que, conjuntamente, definem e orientam a execução efectiva de um sistema de exploração da terra.

Osty opõe-se à proposição e vulgarização de inovações técnicas que não tenham em atenção o complexo família-exploração, as quais

serão naturalmente abandonadas ou, pelo contrário, constituirão perigosas e desestruturantes intromissões, inadaptadas que estão face à situação concreta da exploração. Abrindo caminho para a definição de sistema agrário, Osty sublinha que:

- a) a exploração agrícola é um todo organizado, que não responde a critérios simples e uniformes de optimização;
- b) é a partir da visão que os agricultores têm dos seus objectivos e da sua situação que se podem compreender as suas decisões e as respectivas carências.

O desenvolvimento destas posições deu origem a um trabalho de síntese, recentemente publicado por vários investigadores do INRA (Gras *et al*, 1989), onde é feito um esforço de sistematização no que se refere a conceitos e métodos de estudo relacionados com a actividade agrícola. Nele se recupera o conceito de sistema agrário, definido nos anos 40 pelo geógrafo Cholley, onde está já presente, ainda que implicitamente, a perspectiva sistémica².

Le Coz (1990), analisando a problemática dos espaços mediterrâneos, define sistema agrário como "um conjunto organizado, acabado, de estruturas e de técnicas de produção agrícola (e pecuária) e de troca (..)", sublinhando a sua relação próxima não só com o meio biofísico como também com a economia e a sociedade globais (Fig. 2-1). Para este autor, a dinâmica do espaço rural obriga a reter três noções fundamentais:

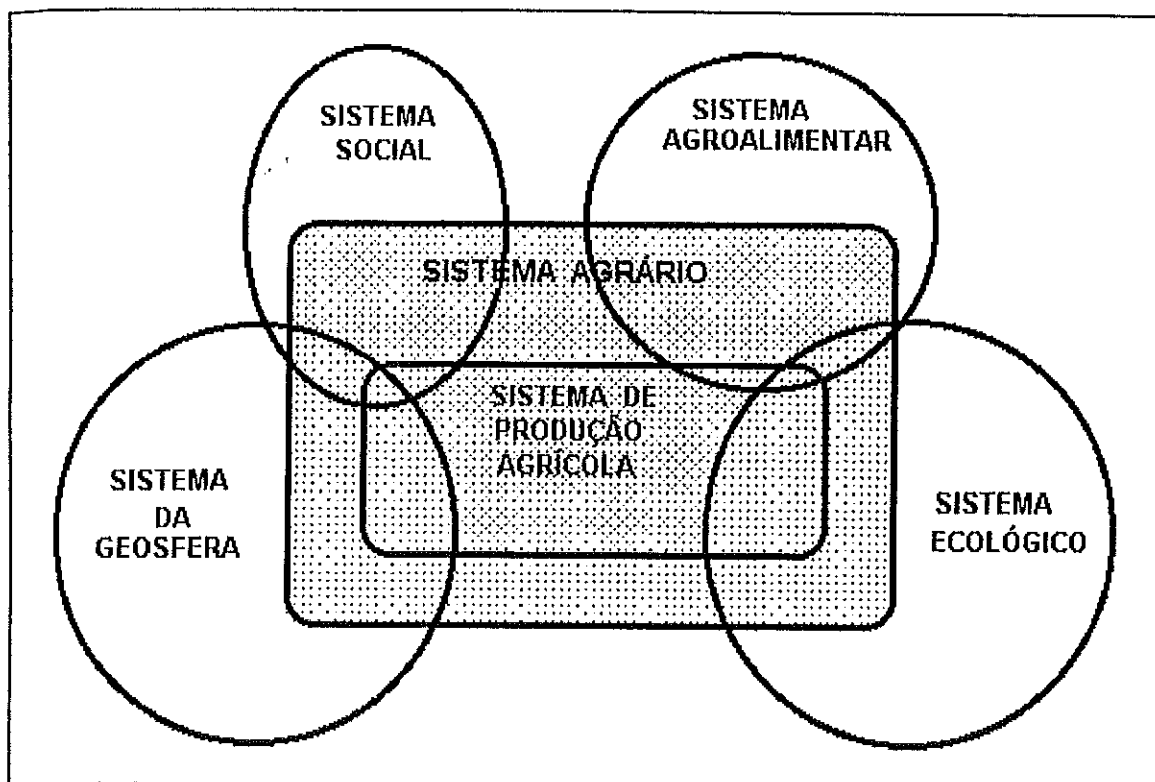
1. a agricultura é uma actividade fundamentalmente biológica, submetida às leis da natureza e conservando alguns aspectos de contingência, não obstante a crescente intervenção do homem;
2. não existem soluções estritamente agrícolas para os problemas da agricultura, tendo presente a dupla função de sustento (produção de fibras e de matérias primas alimentares) e de conservação de recursos;

² Para Cholley, citado por Gras *et al* (1989), um sistema agrário é um complexo que traduz as várias conexões estabelecidas entre diferentes domínios, não sendo concebível que um se transforme sem provocar alterações nos restantes, fazendo com que o conjunto da combinação (física, biológica e humana) se modifique na sua estrutura, no seu dinamismo e mesmo nos seus aspectos exteriores.

3. ser agricultor não significa apenas desempenhar o seu papel no âmbito de um certo ramo sócio-profissional, mas também inserir-se, de uma forma original, num determinado ambiente geográfico.

Reconhece-se, contudo, que este conceito, manuseado desde cedo pelos geógrafos, correspondia a uma categoria imprecisa (Brunet *et al*, 1992), que tentava uma descrição formal das relações entre as parcelas do território, o uso diferenciado do solo, estendendo-se, de acordo com o âmbito do estudo, às próprias formas locais de produção, à organização da vida quotidiana, às ideias e instituições dominantes, etc. Não obstante poder determinar-se uma maior ou menor profundidade nas abordagens dos sistemas agrários por parte dos geógrafos, estas tentavam responder basicamente aos objectivos de síntese preferencialmente propalados pela respectiva disciplina.

Figura 2-1
COMPONENTES DOS SISTEMAS AGRÁRIOS



Fonte: adaptado de Le Coz (1990)

Acompanhando um período de alguma especialização, o conceito de sistema agrário foi nalguns casos preterido pelos de sistema de cultura ou de sistema agrícola, consoante a perspectiva fosse, respectivamente, mais do foro técnico ou do económico.

Agrónomos e economistas têm, a partir dos anos 80 e impulsionados pela Ecologia, vulgarizado a perspectiva sistémica, tentando ultrapassar as insuficiências das respectivas ópticas. Os primeiros, procuraram não isolar a componente técnica da sociedade que a gerou ou que a adoptou, tentando enquadrá-la no respectivo meio sócio-económico. Os segundos concluíram ser insuficiente a análise microeconómica para explicar o funcionamento das unidades de produção agrícola.

A definição do conceito de sistema agrário, adoptado nos anos 80 pelo Departamento SAD, do INRA, indica que se trata de um território delimitado em área rural, moderadamente extenso, onde uma população exerce grande parte da sua actividade, estabelecendo as suas relações com base nas respectivas actividades de produção e no âmbito de um determinado contexto sócio-económico³.

Porém, e não obstante o esforço de clarificação desenvolvido pelos membros do SAD, várias questões ficaram ainda em aberto.

O sistema agrário, assim definido, leva-nos, numa primeira análise, a colocar a questão da escala espacial a privilegiar, ou seja, a que é que deverá corresponder um "território ... moderadamente extenso" ? Para além disso, quais deverão ser os critérios de homogeneidade ou de complementaridade que devem enquadrar a definição de sistema agrário?

Outra questão, também decisiva, relaciona-se com a importância das relações destes sistemas com o exterior. Na terminologia de Rosnay (1977), trata-se não só de definir o objectivo do sistema (funciona para quê), a sua complexidade (qual a sua composição) e a sua estrutura (como estão organizados os seus elementos), como também de precisar a sua abertura, ou seja, a influência das relações com o exterior, as quais condicionam de forma diferenciada a manutenção e/ou a evolução do sistema estudado.

³ Departamento SAD, citado por Gras *et al* (1989).

No caso dos sistemas agrários, este aspecto não tem sido especialmente cuidado, quedando-se muitas vezes a análise na situação global e nas características internas das unidades produtivas.

Nesse sentido, Valceschini (1990) colocou algumas reservas à abordagem local dos sistemas agrários, propondo que a análise da exploração, em termos de sistema, seja alargada às suas relações com o meio envolvente. E sublinhou que não se deverá restringir a apreciação das relações e condicionantes exteriores das explorações agrícolas apenas aos regulamentos públicos, que traduzem a política agrária em uso, e aos preços de mercado.

Um espectro grande de interações suplementares permite concluir que a inserção destes sistemas complexos no meio envolvente não é linear, mas sim protagonizada por um processo permanente de adaptação, onde as influências são recíprocas, não obstante as profundas diferenças (dimensão, capacidade de influência, etc.) entre os agentes intervenientes e as estruturas onde estes se movem. Recuperando conceitos da economia industrial, Valceschini propõe o nível da meso-análise como aquele que permitiria a apreciação conjugada e integrada dos diversos intervenientes. Por outras palavras, a organização da produção agrária não só é profundamente influenciada pela teia de relações que estabelece (económicas e outras) com o ambiente onde se insere (ambiente aqui considerado no seu sentido mais lato), como também se admite que as próprias unidades podem induzir adaptações e reacções, com resultados muitas vezes inesperados. A proposição de uma entidade mítica (o mercado) que regularia linearmente todas as relações entre os agentes e as actividades produtivas deveria ser substituída, de acordo com esta corrente, por uma análise mediadora, em termos de fileira produtiva.

Continua, porém, a questionar-se a pertinência do conceito de **sistema agrário**. Jollivet (1990) desabafava, em jeito de comentário final, num colóquio organizado pelo INRA/SAD, que não se sabe de que é que se fala quando se fazem referências aos sistemas agrários, uma vez que as análises situam-se indiscriminadamente a diversos níveis, não obstante a permanente intenção de integrar obrigatoriamente o campo supra-exploração.